



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS



ATA EXECUTIVA

Reunião Plenária Extraordinária
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH

Data: 13 de dezembro de 2011.

Local: Palácio dos Bandeirantes, Salão dos Pratos, Av. Morumbi, nº. 4500, São Paulo - SP.

PAUTA: Estabelecida pelo Ofício CRH nº 302/2011.

Conselheiros pelo segmento Governo do Estado de São Paulo:

- Edson de Oliveira Giriboni, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e Presidente do CRH;
- Walter Tesch, Coordenador de Recursos Hídricos-CRHi e Secretário Executivo do CRH;
- Bruno Covas, Secretário do Meio Ambiente, Secretaria do Meio Ambiente, representado por Maria Emília Botelho;
- José Aníbal Peres de Pontes, Secretário de Energia, Secretaria de Energia, representado por Ademir Cleto de Oliveira;
- Mônica Bergamaschi, Secretária da Agricultura e Abastecimento;
- Giovanni Guido Cerri, Secretário da Saúde, Secretaria da Saúde, representado por Luiz Sergio Ozório Valentim;
- Edson Aparecido, Secretário do Desenvolvimento Metropolitano, Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano, representado por Rodolfo Costa e Silva;
- Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda, Secretaria da Fazenda, representado por Antonio Vaz Serralha;
- Paulo Alexandre Barbosa, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, representado por Fernando Batolla Júnior;
- Herman Jacobus Cornelis Voorwald, Secretário da Educação, Secretaria da Educação, representado por José Afonso Carrijo Andrade.

Conselheiros pelo segmento Municípios:

- Daniel Ferreira da Fonseca, P.M. de Cajamar - Grupo 1;
- Luiz Marinho, P.M. de São Bernardo do Campo, representado por Gilmar Manguiera da Silva - Grupo 1;
- José Celso Bueno, P.M de Queluz - Grupo 2;
- Moacir Aparecido Beneti, P.M. de Bernardino de Campos - Grupo 4;
- Cornélio Cezar Kemp Marcondes, P.M de Garça - Grupo 6;
- Osvaldenir Rizzato, P.M. de Santa Salete - Grupo 8;
- José Tadeu Chiaperini, P.M Santa Rosa de Viterbo – Grupo 10;
- Nério Garcia da Costa, P.M. de Sertãozinho, representado por Carlos Roberto Sarni - Grupo 10;
- Herculano Castilho Passos Junior, P.M de Itu - Grupo 11.

37 **Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil Organizada:**

- 38 • Anícia Baptistello Pio - FIESP;
- 39 • André Elia Neto - UNICA;
- 40 • Luiz Sutti – FAESP;
- 41 • Hugo Marcos Piffer Leme - ASSEMAE;
- 42 • Enio Campana - ABCON;
- 43 • Alceu Guérios Bittencourt - ABES;
- 44 • Carlos Eduardo Q. Giampá - ABAS;
- 45 • João Jerônimo Monticeli - ABGE;
- 46 • Orivaldo Brunini - FUNDAG;
- 47 • Miron Rodrigues da Cunha - CDPEMA;
- 48 • Ana Lara Torres Colombar Tomé – CNDA.

49 **Comitês de Bacias Hidrográficas :**

- 50 • Miderson Zanello Milleo e David Franco Ayub - CBH-ALPA;
- 51 • Maria Emília Botelho e Miron Rodrigues da Cunha - CBH-AT;
- 52 • Claudio Daher Garcia - CBH-BPG;
- 53 • Maria Wanda Iorio - CBH-BS;
- 54 • Carlos Eduardo Nascimento Alencastre e Renato Crivelenti - CBH-PARDO;
- 55 • Luiz Roberto Moretti e André Luiz Navarro - CBH-PCJ;
- 56 • Enio Magro e Osvaldo Massacazu Sugui - CBH-PP;
- 57 • Ney Akemaru Ikeda CBH-RB;
- 58 • Eli Carvalho Rosa e Tokio Hirata - CBH-SJD;
- 59 • Sétimo Humberto Marangon – CBH-SMT;
- 60 • Tokio Hirata e Hélio Cesar Suleiman – CBH-TG.

61 **Convidados com direito a voz (CORHI, Entidades do Estado, Universidades, Ministério Público, OAB e**
62 **CREA)**

- 63 • Eliseu Ayabe - DAEE;
- 64 • Maria Emilia Botelho - CETESB;
- 65 • Eneida Mara Moraes Zianella - CETESB

66 **ABERTURA.**

67 Constatado quorum para início da plenária o Presidente agradeceu as presenças dando início aos
68 trabalhos segundo a pauta do dia.

69 **APROVAÇÃO DA ATA.**

70 Aprovada a Ata da Reunião plenária extraordinária realizada em 11 de outubro de 2011.

71 **INFORMES.**

72 O Conselho Estadual de Recursos Hídricos prestou homenagem póstuma ao Conselheiro Dr. Francisco
73 Thomaz Van Acker.

74 O Secretário Executivo informou que os Decretos aprovando a cobrança pelo uso da água
75 submetidos ao Conselho estão tramitando e já saíram da Consultoria Jurídica para Casa Civil. O CBH-
76 Alto Tietê deverá emitir os boletos da cobrança em março e o CBH-Baixada Santista está concluindo
77 o ato convocatório.

78 A Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos através da Coordenadoria de Recursos Hídricos
79 publicou e disponibilizou aos conselheiros o Guia do Sistema Paulista de Recursos Hídricos contendo
80 imagens, informações básicas sobre a gestão das águas em São Paulo além da relação de todos os
81 municípios integrantes do sistema e suas respectivas UGRHis, área total, população, principais
82 reservatórios, atividades econômicas, vegetação remanescente, unidades de conservação,
83 indicadores básicos e outros indicadores, constituindo-se em um instrumento útil para profissionais e
84 organismos públicos que atuam para a gestão das águas no Estado de São Paulo.

85
86 As Câmaras Técnicas findaram o ano repleto de trabalhos realizados e resultados. Para o ano de
87 2012 foram citadas algumas matérias que serão fruto de sua análise e recomendação técnica: análise
88 das deliberações e estudos de fundamentação da cobrança pelo uso industrial e urbano, revisão da
89 deliberação CRH 90, revisão da deliberação 111/09 que estabelece os conteúdos mínimos dos
90 estudos técnicos e financeiros para fundamentação da cobrança, revisão dos Decretos da cobrança
91 cujo prazo **já está expirado, valoração da transposição entre bacias no Estado**
92 **(X13).**

93 **DELIBERAÇÕES.**

94 **Foi aprovada por unanimidade a Deliberação CRH 135, de 13 de dezembro de 2011** que
95 aprova redução do escopo e valor de investimento do projeto CORHI-96.

96 Contemplou projeto de modernização do Sistema de Informações do Fundo Estadual de Recursos
97 Hídricos – SINFEHIDRO. O Termo de Referência ficará disponível.

98 **Foi aprovada por unanimidade a Deliberação CRH 136, de 13 de dezembro de 2011** que
99 dispõe sobre a distribuição dos recursos do FEHIDRO, referentes ao orçamento do ano 2012, entre
100 os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.

101 **Foi aprovada a Deliberação CRH 137, de 13 de dezembro de 2011** que aprova os
102 procedimentos para cadastramento e eleição dos representantes das entidades do segmento
103 Sociedade Civil Organizada, que integrarão o CRH no período 2012 a 2014. Com alteração de prazo,

104 concedendo mais trinta dias, de março para abril de 2012. Houve quatro votos contrários, sendo que
105 um deles foi do conselheiro Miron Rodrigues da Cunha - CDPEMA, segmento sociedade civil.

106 **Foi aprovada por unanimidade a Deliberação CRH 138, de 13 de dezembro de 2011** que
107 aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo, ano base 2009.

108 Na síntese da apresentação foram expostos os objetivos: acompanhar a evolução da situação dos
109 recursos hídricos com os indicadores, facilitar a comunicação pública sobre a qualidade e
110 disponibilidade dos recursos hídricos, subsidiar a tomada de decisão dos gestores para as prioridades
111 na melhoria dos recursos hídricos. Apresentou resultados da disponibilidade hídrica, demanda total x
112 disponibilidade total, tratamento do efluente doméstico por UGRHIs, ICTEM como instrumento de
113 medição da eficácia do sistema de esgotamento sanitário dos municípios, disposição dos resíduos
114 sólidos domiciliares, qualidade das águas superficiais, além de diversos outros aspectos do Relatório
115 de Situação. Principais conclusões foram que a disponibilidade hídrica per capita do Estado está em
116 situação de Atenção. As UGRHIs PCJ, AT e PS estão em situação Crítica, e as UGRHIs SMT e TJ estão
117 em situação de Atenção. Há dependência de águas superficiais e a exploração das águas
118 subterrâneas tem se intensificado. O balanço entre a demanda subterrânea e as reservas exploráveis
119 é Favorável, porém está em situação de Atenção nas UGRHIs PARDO, PCJ, AT, TJ e TG. O volume
120 total outorgado aumentou 15%, destacando-se os usos rural e urbano, que mantém quase 40%,
121 39% da demanda outorgada. Os maiores volumes outorgados correspondem as UGRHIs PCJ, AT e
122 BS. O efluente doméstico não tratado em todo o Estado que é 51% do total gerado resulta no
123 lançamento de 1,28 milhões kg DBO/dia nos cursos d'água, o que corresponde à carga poluidora
124 gerada por cerca de 57% da população. O número de pontos de monitoramento da água no Estado
125 aumentou. A qualidade das águas no IAP destinadas ao abastecimento mantém-se preocupante:
126 78% dos pontos monitorados foram enquadrados como regular, ruim ou péssimo. O monitoramento
127 da qualidade das águas litorâneas mostra que a deficiência do sistema de coleta, afastamento e
128 tratamento de efluentes domésticos é a principal fonte de poluição das águas costeiras.

129 **Foi aprovada por unanimidade a Deliberação CRH 139, de 13 de dezembro de 2011** que
130 aprova minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2012-2015.
131 O Artigo 27, tem o parágrafo único: O Plano de Bacia hidrográfica elaborado e aprovado pelos
132 Comitês de bacias interestaduais com curso da água de domínio da União serão aceitos para
133 cumprimento do disposto nesta Lei, desde que observada a legislação paulista.

134 A exposição esclareceu que o Plano se empenhou também para a construção de um pacto onde as
135 ações e programas fossem compromissados institucionalmente elencando e enumerando ações que
136 deverão executadas. Foram 1.119 ações sendo 694 consideradas ações válidas. O total de recursos
137 comprometidos por eixo foi de R\$ 9.766.039.288,00, a maior parte contemplando os usos múltiplos e
138 a gestão integrada de recursos hídricos, abastecimento de água incluindo melhoria de drenagem de
139 águas pluviais, ampliação dos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgotos e ainda
140 ampliar, manter e aperfeiçoar sistemas de resíduos sólidos, e na conservação e recuperação dos rios
141 e mananciais. Para cada área temática foram definidos componentes estratégicos com grandes temas
142 identificados como prioritários. Na área temática 1 Desenvolvimento institucional e articulação para
143 gestão de recursos hídricos com R\$ 27.312.800,00 a serem aplicados em 27 ações, área temática 2
144 Desenvolvimento e implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos com R\$
145 38.892.525,00 comprometidos em 29 ações, área temática 3 Usos múltiplos e gestão integrada de
146 recursos hídricos com R\$ 5.925.803.144,00 comprometidos em 53 ações, área temática 4
147 Conservação e recuperação de recursos hídricos com R\$ 3.750.882.919,00 em 37 ações, área
148 temática 5 Educação ambiental, desenvolvimento tecnológico, capacitação, comunicação e difusão de
149 informação em gestão integrada de recursos hídricos com R\$ 23.147.900 em 15 ações.

150 Devido às características do PERH 2012-2015 será necessário fortalecer a sistemática de

acompanhamento, tornando-a mais dinâmica e adequando às especificidades do plano. Estabelecer acompanhamento mais sistemático e próativo do CRH e suas diferentes instâncias: CORHI, Câmaras técnicas, Comitês de bacias, CRHi que incorpore e atue com o plano. A sistemática de monitoramento do PERH 2012-2015 deve contemplar o acompanhamento da implementação a partir das metas pactuadas para cada componente, observar em cada instituição a inserção de recursos no PPA e nos orçamentos anuais como forma de criar responsabilidade nas instituições para que o proposto seja efetivamente implementado na execução das ações, programas e projetos. Deve haver articulação e integração institucional de modo a garantir a efetividade das ações e a potencialização de seus resultados. Serão elaborados relatórios de acompanhamento periódicos a partir dos indicadores de monitoramento apontados nas fichas de compromissos institucionais. Serão efetuadas adequações operacionais e as articulações institucionais necessárias, indicando estratégias e procedimentos que possam garantir a efetiva implementação do PERH.

Foi aprovada por unanimidade a Deliberação CRH 140, de 13 de dezembro de 2011 que prorroga a validade da Deliberação CRH nº 90 de 10 de dezembro de 2008, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.

Foi aprovada por 10 votos a Moção CRH 08, de 13 de dezembro de 2011 que solicita alteração da minuta de texto substitutivo da Portaria Federal 518 que estabelece procedimentos e responsabilidades no controle e vigilância da qualidade de água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, no que se refere ao parágrafo Único, Inciso IX do Artigo 8º. Acrescentando além da situação de emergência, e intermitência, situações de comprovada escassez de água para abastecimento público, complementando que a comprovação se dará no âmbito dos Sistemas Integrados Estaduais de Recursos Hídricos onde estão presentes as instâncias de Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Saúde. Votaram contrariamente entidades representantes da Sociedade Civil Organizada: ÚNICA, ABAS, CDPEMA e FIESP com a declaração de voto: "Questionando a legalidade da competência da autoridade municipal não autorizando a utilização de uma fonte alternativa de água que seja comprovadamente potável por laudos técnicos especializados."

179 **ENCAMINHAMENTOS.**

180 Apresentar aos Conselheiros em plenário os programas de ação e de interface com os recursos
181 hídricos desenvolvidos pelo Governo do Estado.

182 A Moção CRH No. 07 recomendando ao Senado Federal a participação oficial dos sistemas integrados
183 de gerenciamento de recursos hídricos do País na discussão do PLC n.º 30/2011 será encaminhada
184 também à Câmara Federal.

185 Tendo sido cumprida a ordem do dia o Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião.

186 Esta Ata foi elaborada pelo taquigráfico Dartan Gravina, a Ata completa contém a íntegra de todos
187 os debates desta reunião extraordinária.

188 **Edson de Oliveira Giriboni**

189 Presidente

190 **Walter Tesch**

191 Secretário Executivo